

## EDITORIAL DO DOSSIÊ

### **Direitos sexuais e direitos reprodutivos durante a pandemia da covid-19 no Brasil**

Paula Rita Bacellar Gonzaga<sup>1</sup>

Letícia Gonçalves<sup>2</sup>

Claudia Mayorga<sup>3</sup>

*Organizadoras*

Dentre os muitos desafios impostos à sociedade brasileira em meio à crise sanitária, econômica, política e humanitária desencadeada pelo Sars-coV-2, este dossiê busca se debruçar sobre os enfrentamentos travados no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos. Scott (1990)<sup>4</sup> anunciava há décadas que são os direitos das mulheres os primeiros a serem barganhados, extirpados, suprimidos, escamoteados em meio a crises políticas e ascensão de governos totalitários. Com o objetivo de refletir sobre essa articulação, apresentamos o dossiê “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos durante a pandemia da COVID-19 no Brasil”.

No momento em que fechamos este dossiê, as vítimas fatais da Covid-19 somam mais de 355 mil pessoas. Com uma média móvel de 3.109 mortes diárias na última semana (abril de 2021), o Brasil segue absorto pela perda sistemática de cidadãs e cidadãos em decorrência direta do novo agente do coronavírus, produzindo um ambiente cotidiano de medo, insegurança e luto. Infelizmente não é apenas uma pandemia viral que ceifa vidas em território brasileiro. O crescimento dos casos de feminicídio, de mortalidade materna e de interdições no acesso ao aborto seguro - tanto nos casos previstos em lei pelo enfraquecimento dos serviços, como nos casos de itinerários clandestinos ainda mais precarizados pelas medidas restritivas - tem

---

1 Paula Rita Bacellar Gonzaga é doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, co-coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG. E-mail: [paularitagonzaga@gmail.com](mailto:paularitagonzaga@gmail.com)

2 Letícia Gonçalves é doutora em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, pela UFRJ, FIOCRUZ, UERJ e UFF, professora substituta do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada da UFRJ, onde também realiza estágio de pós-doutorado. E-mail: [leticiaigoncalves@nubea.ufrj.br](mailto:leticiaigoncalves@nubea.ufrj.br)

3 Claudia Mayorga é doutora em Psicologia Social pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha), professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), co-coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG. E-mail: [claudiamayorga@ufmg.br](mailto:claudiamayorga@ufmg.br)

4 SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

implicado em números ainda pouco mapeados sobre mulheres vítimas da violência de gênero que, cada vez mais, alicerça muitas das nossas políticas governamentais.

Nos anos 1970 ativistas, intelectuais e artistas francesas reivindicavam o direito ao aborto legal declarando ter interrompido gestações e defendendo o direito ao próprio corpo. No Brasil, no início dos anos 1980 a máxima do movimento feminista, retomando forças depois dos anos de chumbo da ditadura militar, era “Quem ama não mata”, pauta recebida com desconfiança entre setores da direita e da esquerda. Aqui, abaixo da fictícia linha do Equador, onde o marco civilizatório colonial cravou suas cruzes, suas bandeiras e suas leis sobre corpos femininos, lgbtqi+’s, negros, indígenas, seja em meio a tortura de outrora, ou ainda, frente a doença de agora, não há barbárie isoladamente, pelo contrário, assistimos a falta de ar, seguida da falta de respiradores, do sucateamento dos equipamentos de saúde, assistência, educação, ciência e da implementação de um projeto político de remissão dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos já conquistados.

Em meio ao luto, os agentes do Estado operam em prol do desmonte das conquistas de séculos de luta de mulheres brasileiras, lutas materializadas em políticas públicas, normas técnicas, portarias que hoje são recorrentemente revogadas, reescritas, descontinuadas. Coadunamos com Moreira e colaboradoras (2020, p. 11)<sup>5</sup> quando estas afirmam que:

O que estamos presenciando é que a guerra aos corpos das mulheres na pandemia à brasileira ganha contornos perversos e se utiliza inclusive de corpos de mulheres como porta-vozes de medidas contra as mulheres. Além do ataque aos direitos reprodutivos, a ministra da mulher, da família e dos direitos humanos demorou mais de um mês, desde o início da quarentena, para se pronunciar sobre a administração da pasta durante a crise sanitária.

Entre a ausência de propostas e declarações sobre os “valores do governo”, a ministra da mulher, da família e dos direitos humanos explicitou quais eram suas preocupações na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, que foi publicizada por ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello. Na ocasião a ministra se dirigiu ao então ministro da saúde, Nelson Teich, em tom alarmista afirmando que: “o seu ministério está lotado de feministas que tem uma pauta única: a liberação do aborto. Quero te lembrar ministro que está chegando agora, este governo é um governo pró-vida, pró-família”. Nesse sentido, convém extrapolar qualquer perspectiva biologicista para entender o projeto político que está em curso, projeto cristão, burguês, colonial, racista que lança mão do genocídio, direto e indireto, como mecanismo de controle social pelo medo, pela morte e pelo luto.

---

5 MOREIRA, Lisandra Espíndula et al. Mulheres em Tempos de Pandemia: Um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 32, e020014, 2020. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822020000100413&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100413&lng=en&nrm=iso)>.

Os artigos aqui reunidos, a partir de perspectivas diversas do conhecimento, com utilização de metodologias variadas, analisam, refletem e constataam os efeitos da ofensiva anti-mulher, intensificadas publicamente a partir do golpe legislativo-midiático de 2016, na vida, na sexualidade e na potencialidade reprodutiva das meninas e mulheres brasileiras trazendo o contexto da pandemia como fenômeno que agudiza as desigualdades estruturais em nosso país. Se debruçam também, sobre as estratégias de coletivos feministas dispostos a construir projetos de emancipação coletiva, de organização política e de enfrentamento, ainda que a distância.

No primeiro artigo do dossiê, intitulado *O conservadorismo distópico à brasileira: Direitos sexuais e direitos reprodutivos e a pandemia da COVID-19 no Brasil*, Paula Rita Bacellar Gonzaga, Letícia Gonçalves e Claudia Mayorga apresentam uma análise a partir do feminismo decolonial sobre a obliteração que atores políticos têm imposto à pauta dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos a partir de uma instrumentalização da pandemia e das suas vítimas. Refletem como essas intervenções no âmbito do judiciário, do legislativo, das instituições de saúde expressam, a partir de uma suposta defesa da vida, políticas e práticas racistas, anti-mulheres, políticas de morte.

No texto *Direitos Reprodutivos em Tempos de Pandemia da Covid-19: compreendendo o acesso de gestantes e puérperas aos serviços de saúde*, Thalita Nascimento Gazar; Sâmella dos Santos Vieira de Menezes; Gleice de Oliveira Cordeiro; Aléxia Tayla Amaral Ferreira; Tarcísio Augusto da Silva Menezes; Roberta Lima Machado de Souza Araújo apresentam uma pesquisa realizada com 221 mulheres no Brasil, gestantes e puérperas, com foco na descrição e análise sobre a assistência à saúde recebida durante a pandemia. Os resultados refletiram, mais expressivamente, realidades observadas no setor privado, dada a prevalência de enquadramento das participantes da pesquisa, e apontaram para modificações importantes no escopo da atenção despendida.

Em *Pandemia da Covid 19: Maternidade, aborto, embriões e a imoralidade do sacrifício da mãe dentro e fora da reprodução assistida*, Marlene Tamanini analisa como a atribuição de valor destinado ao embrião é tangenciada pelo ambiente onde ele se encontra. Para isso, aborda como o manuseio, conservação, utilização e descarte de material embrionário em laboratórios e clínicas de reprodução assistida não desperta o pânico moral tão recorrentemente acionado quando se debate casos de aborto, inclusive os casos onde a gravidez foi decorrente de estupro. Refletindo sobre o caráter compulsório e sagrado da maternidade a autora apresenta considerações sobre como o capitalismo e o cristianismo limitam as possibilidades de mulheres exercerem a maternidade de modo autônomo, seguro e por autodeterminação ao invés de imposição simbólica e jurídica.

No texto *Aborto Legal, Direitos Sexuais e Reprodutivos na Pandemia De Covid-19 no Brasil*, as autoras Emilia Miranda Senapeschi, Patrícia Vieira e Silvana Aparecida Mariano analisam o modo como o imbrincamento da agenda política nacional e determinados efeitos da pandemia da COVID-19 no país, refletiram na redução do acesso ao aborto legal. Menos por uma identificação de relação direta com o contexto

pandêmico, a leitura alarga a lente histórica, apresentando antecedentes contundentes para compreensão das restrições a este direito preconizado do ponto de vista jurídico.

Dando sequência às reflexões, o artigo *Atuação de Estados e Capitais no Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres no Contexto da Covid-19 no Brasil*, de Isabella Vitral Pinto, Nadia Machado de Vasconcelos, Polyana Helena Coelho Bordoni, Ana Pereira dos Santos, Deborah Carvalho Malta e Paula Dias Bevilacqua expõe uma pesquisa com foco no mapeamento das ações de enfrentamento às violências contra as mulheres desenvolvidas por estados e capitais, durante a pandemia. As análises abordam um amplo espectro, que abrange as categorias “combate”, “assistência”, “prevenção”, “acesso e garantia de direitos” e “gestão e monitoramento da política”, oferecendo, portanto, um retrato das variadas iniciativas contextuais e, além disto, reflexões sobre seus alcances e limites.

Ainda sobre o tema da violência, as autoras Emylle Thais Melo dos Santos, Cristine Vieira do Bonfim, Conceição Maria de Oliveira, Dayane da Rocha Pimentel e Mayara Costa Silva, no artigo *Violência Doméstica Contra Mulher e Isolamento Social Durante os Estágios Iniciais da Pandemia Covid-19 em Pernambuco*, apresentam resultados de um estudo qualitativo que buscou analisar a taxa de variação dos registros de violência doméstica contra a mulher no Estado de Pernambuco, Brasil. Os resultados do estudo revelam uma situação alarmante e a necessidade da ampliação de políticas fortes para garantir a proteção e suporte psicológico às mulheres vítimas de violência no contexto da pandemia.

A necessidade de compreender o fenômeno da violência a partir dos seus aspectos regionais é destacado pelas autoras Larissa Ferreira Nunes, Laisa Forte Cavalcante, Tadeu Lucas de Lavor Filho, João Paulo Pereira Barros e Luciana Lobo Miranda no artigo *Violência Contra Mulheres no Ceará em Tempos de Pandemia de Covid-19*, que analisam como os casos de meninas e mulheres assassinadas no estado do Ceará adquirem contornos de Femigenocídio, conceito proposto pela intelectual argentina Rita Segato e que abarca a aniquilação das mulheres em decorrência de relações abusivas - geralmente perpetrada por companheiros, ex-companheiros e/ou familiares - e de âmbito impessoal - onde os corpos femininos adquirem o valor de símbolo a ser apropriado, explorado e destruído. Nesse sentido as autoras sinalizam não apenas para o sucessivo aumento dos casos de meninas e mulheres cearenses assassinadas desde 2017, mas também para a crescente onda de publicação desses crimes em redes sociais, onde a aniquilação da vítima se repete, tal qual nos casos de exposição dos corpos de mulheres violentadas e assassinadas ao longo dos anos 1990 e 2000 na cidade de Juarez, no México. Nesses crimes meninas e mulheres são admitidas como tributos a serem disputados por facções que operam a partir da hipermasculinidade como expressão de controle e poder dos territórios simbolizados nos corpos femininos.

Esperamos que os artigos deste dossiê possam colaborar com a reflexão e pensamento críticos e orientar e fortalecer perspectivas e práticas que promovam e defendam os direitos sexuais e reprodutivos. Não poderíamos deixar de manifestar



nosso profundo pesar em relação às mortes decorrentes da pandemia e também das tantas violências e violações de direitos. Nossa solidariedade àqueles/as que tentam vivenciar o luto pelas vidas perdidas em um contexto nacional marcado por políticas de morte.

Que as proposições aqui publicadas sejam compartilhadas, debatidas, multiplicadas nas diversas regiões do país. Com a esperança de tempos melhores, tempos mulheres, agradecemos às autoras que compartilharam seus pensamentos e produções e toda equipe editorial da Revista Feminismos que acolheu, de forma tão generosa, a proposta deste dossiê.

Desejamos uma boa leitura a todas!

Belo Horizonte, Minas Gerais  
Abril de 2021.